

PROJETO DE PÓS-DOUTORADO*

Participação política: novos arranjos entre Estado, sociedade civil e TICs na consolidação democrática

Candidato: Marcelo Burgos Pimentel dos Santos
Supervisor: Prof. Dr. José Álvaro Moisés

* Nota de advertência: O presente projeto insere-se dentro do projeto temático “Brasil, 25 anos de democracia – balanço crítico: políticas públicas, instituições de representação, sociedade civil e cultura política (1988/2013)”, processo nº 2011/50771-8 (FAPESP-MCT/CNPq-PRONEX-2011), sob coordenação do Prof. Dr. José Álvaro Moisés.

Resumo:

A presente pesquisa de pós-doutorado insere-se dentro do projeto temático “Brasil, 25 anos de democracia – balanço crítico: políticas públicas, instituições de representação, sociedade civil e cultura política (1988/2013)”, sob coordenação do Prof. Dr. José Álvaro Moisés. A partir das perspectivas adotadas no Projeto Temático, este projeto se propõe a analisar as relações inseridas no terceiro eixo da pesquisa que trata da “Sociedade civil e Cultura Política”. É sabido que desde o período da luta pela redemocratização no Brasil, passando pelas conquistas da Constituição Federal de 1988 até as recentes mudanças provocadas pela consolidação das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), as relações entre sociedade civil e Estado foram alteradas de maneira significativa possibilitando a emergência de novos atores sociais e políticos. Como consequência, as transformações também chegam nas práticas políticas, seja através dos novos canais de comunicação estabelecidos entre sociedade civil e Estado ou por novas formas de organização social e política. Assim, o que analisamos são as mudanças ocorridas na sociedade e no campo político brasileiro a partir do mapeamento de ações da sociedade civil que interferem no jogo político, através de participação, reivindicação e outras formas de empoderamento cidadão que utilizam das TICs para novas atuações na ação política. O presente projeto pretende observar, mapear e analisar as ações da sociedade civil que através de usos das TICs desenvolve práticas políticas que auxiliam na consolidação da democracia brasileira.

Apresentação

O campo de estudos em cultura política e sociedade civil tem passado por um processo de transformação muito abrangente sobretudo no caso brasileiro, em que desde o período da redemocratização até os dias de hoje, observou-se a emergência de novos atores sociais e políticos. No Brasil, essas alterações foram proporcionadas principalmente pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF88) e, mais tarde, pela Reforma do Aparelho do Estado promovida pelo governo FHC, a partir de 1995. Além desses dois arranjos institucionais, as inovações tecnológicas também são importantes elementos para entender as transformações sociais e políticas no Brasil (e no mundo).

Segundo Moisés (2010a), a CF88 possibilitou novas formas de inserção de organizações da sociedade civil no Estado, seja pela possibilidade de participação política no processo de decisão sobre Políticas Públicas ou pelo acompanhamento de sua execução. Além disso, também garantiu outras formas de participação política cidadã, por exemplo, ao incorporar na lei propostas para utilização de plebiscitos, referendos, atos de iniciativa

popular na esfera legislativa e a instituição de diversos Conselhos de participação da sociedade civil.

Vale dizer que todas essas possibilidades contempladas constitucionalmente em 1988, a partir da virada do milênio são potencializadas pelas transformações proporcionadas pelas TICs. Alguns autores como CASTELLS (1999), HARDT & NEGRI (2005), SUBIRATS (2011) entre outros, apontam para as mudanças nas maneiras com que as pessoas se relacionam e vivem a partir de novos dispositivos (TICs) como a Internet, por exemplo. A sociedade desenvolve novas formas de sociabilidade, contato, compartilhamento e mobilização que, em nossa hipótese, além de impactarem a vida social também transformam a vida política. Conseqüentemente, a política – em sentido amplo – é afetada pois cada vez mais cidadãos utilizam das prerrogativas constitucionais de participação, cobrança e controle social (*accountability*) para pressionar por melhores usos da *coisa pública* por parte das “instituições públicas”, políticos e partidos. Dessa forma, abre-se a possibilidade para a prática de uma democracia mais participativa ou direta auxiliada pelos recursos digitais e eletrônicos. Em síntese, as inovações tecnológicas potencialmente podem influir em novas formas do fazer político.

Isso pode ser visto como fundamental para a consolidação democrática brasileira que incorpora cada vez mais a ideia de participação política nas suas práticas institucionais, um dos pilares da democracia contemporânea (DAHL, 2005). Por outro lado também é possível falar em uma gestão pública mais participativa que promove novas formas de articulação entre a esfera pública e a privada, auxiliando na melhora e aperfeiçoamento de nossa qualidade democrática (MOISÉS, 2010b; PINHO, 2012).

Entretanto, na prática, o desenvolvimento de políticas públicas com participação da sociedade ainda encontra diversas barreiras para sua efetivação. A falta de uma cultura cívica (FUNG, 2006; MAIA, 2007) e a ausência de desenhos institucionais que favoreçam a participação do cidadão (MICHELS, 2011) dentro do ciclo das políticas públicas são algumas das principais dificuldades encontradas.

Nesse contexto, o desenvolvimento das TICs também aumenta possibilidades de interação na esfera das políticas públicas ou mesmo das políticas institucionais. Algumas ferramentas digitais contribuem para a superação das barreiras citadas acima, pois os canais tecnológicos de interatividade permitem a redução dos custos de participação além de

possibilitar a formação de práticas capazes de estimular uma cultura cívica, facilitando a presença do cidadão dentro do processo político. Além desta possibilidade, as TICs também criam dispositivos, conectados a uma rede global de informações digitais, que auxilia no desenvolvimento de novos desenhos institucionais que favoreçam a interação da gestão pública com o cidadão. Como consequência, abrem-se possibilidades de ampliação para consultas, debates, deliberações, acompanhamento, acesso às informações e controle social, viabilizando a abertura de novos espaços de participação política, ampliando a inserção da sociedade civil nas arenas políticas e decisórias.

Os dois arranjos institucionais – CF88 e a reforma do Estado no governos FHC – com as mudanças promovidas pelas TICs também possibilitam alterações na formulação das políticas públicas brasileiras pois ampliam temas emergentes e novas agendas de investigação. Como consequência, a incorporação da participação cidadã dentro do processo de desenvolvimento de políticas públicas se constitui em um dos desafios para as sociedades democráticas contemporâneas. Algumas abordagens bibliográficas indicam que o maior envolvimento da sociedade civil possibilita maior eficácia e eficiência das políticas, aumentando o controle social, a transparência das ações e incorporando novos atores, além de contribuir para a democratização do poder público e do fortalecimento da cidadania ativa (JACOBI, 2000; PINHO, 2012), de acordo com os pressupostos apontados no projeto temático.

Ou seja, de um lado, pode-se afirmar que o processo de redemocratização incorporou a emergência de novos atores sociais pelo surgimento de novas demandas sociais e políticas (AVRTIZER, 1997). Por outro lado, novas demandas e possibilidades participativas e, mesmo deliberativas foram garantidas pelas CF 88.

No âmbito das novas tendências de gerenciamento público desenvolvem-se análises com ênfase nos processos de discussão, formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas como, por exemplo, a governança. Apesar de não haver um consenso sobre o conceito de governança, podemos identificá-la, de uma forma bem abrangente, como um processo interativo de governo, no qual os diferentes agentes e atores envolvidos nos problemas são estimulados a participar do processo de tomada de decisão e para a resolução dos problemas, isto é, uma forma de empoderamento (*empowerment*) dos cidadãos, tornando a gestão pública mais democrática e participativa por meio da delegação

dos poderes de decisão. As TICs oferecem uma oportunidade para a superação da crise de legitimidade do Estado (com pouca representatividade popular) e buscar novas formas de cooperação entre o governo (em suas diferentes esferas de atuação), o setor privado e a sociedade civil, devido a suas características de organização em rede, produção colaborativa e a interatividade.

Dessa forma, este projeto surge da convergência de algumas áreas de pesquisa distintas, a saber: a Ciência Política, a Sociologia Política e as TICs. A primeira situa-se no campo mais específico da Política Pública e as preocupações estão centradas na ampliação participativa da sociedade civil no processo político, atuando de maneira mais ativa no acompanhamento do desenvolvimento de políticas públicas, prerrogativa que se insere cada vez mais na agenda política contemporânea. Aqui poderá observar mudanças na cultura política brasileira. A presença da sociedade civil no processo político, sobretudo nas etapas de implementação de Políticas Públicas, tem como objetivo aumentar a eficiência e transparência da gestão pública por meio de inovações democráticas participativas e o controle social.

A perspectiva da Sociologia Política está presente nas análises e estudos da atuação da sociedade civil, organizada em rede (CASTELLS, 1999) na gestão pública participativa, promovendo novas formas de articulação entre a esfera pública e a privada. Por fim, o terceiro campo de pesquisa, as TICs, envolve o estudo das relações entre estas tecnologias, sobretudo a Internet, e a sociedade, geralmente utilizando o referencial da comunicação social, da sociologia e incorporando estudos de cibercultura. Nesta área, existe uma corrente de pesquisas voltadas para estudar mecanismos de participação política via novas tecnologias e seus efeitos para a promoção de uma democracia eletrônica, ou democracia digital, muitas vezes idealizando e superestimando os impactos dessas sobre as práticas políticas.

Existe uma visão que a simples incorporação de mecanismos e dispositivos comunicacionais da Internet, em especial, ampliam a participação dos cidadãos na vida pública, seja pela ação individual, seja por meio de grupos sociais, diminuindo os custos da participação e tornando-a mais interativa e democrática. Cabe ressaltar aqui que essa percepção não é comprovada por alguns estudos empíricos, os quais apontam a necessidade

da criação de uma cultura cívica e o desenvolvimento de desenhos institucionais que favoreçam a participação para que se efetive essa visão (FUNG, 2006; MICHELS, 2011).

O presente projeto pretende observar essas lacuna e contribuir para o entendimento das profundas transformações sociais e políticas que passa o Brasil, no atual momento.

JUSTIFICATIVA E ESTADO DA ARTE

No Brasil foi a partir da década de 80, como já observado, com o período da redemocratização brasileira que proporcionou mudanças na organização e funcionamento do Estado, não apenas no Brasil. Na esfera internacional, desenvolveu-se a globalização das economias, o debate sobre o tamanho do Estado, principalmente no que tange aspectos da regulamentação estatal e seu papel de intervenção econômico, um movimento que ficou conhecido como neoliberalismo. Este movimento fez com que os Estados se adequassem a nova ordem mundial globalizada (BRESSER-PEREIRA, 1998, 1999). Essa influência gerou novos desenhos políticos e institucionais. No Brasil foi acentuado pelas discussões e reforma promovidas por Bresser-Pereira no MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), dentro do governo FHC (1995-2002).

Esse dois processos (âmbito externo e dinâmicas internas) proporcionaram mudanças significativas no modelo de administração do Estado brasileiro, refletindo no formato do gerenciamento das políticas públicas. A adoção do receituário neoliberal obrigou as políticas públicas a buscarem um novo desenho, mais adaptado ao novo modelo estatal e a busca de maior eficiência, tendo em vista a restrição de gastos (ajuste e/ou austeridade fiscal), principalmente para os programas sociais. Por outro lado, houve maior pressão por parte da sociedade para maior transparência, *accountability* e mecanismos de participação popular dentro do ciclo de políticas públicas, abrindo espaço para a maior atuação da sociedade civil (GOHN, 2010).

A CF 88 propiciou novos pactos e compromissos políticos, adotando o formato de descentralização política e financeira para os governos subnacionais (Estados e municípios) (SOUZA, 2001), constituindo uma nova prática federalista voltada para ampliação da participação local nas práticas políticas, principalmente no desenvolvimento de políticas públicas, com maior autonomia e independência. Assim, surgem novos espaços de proposições, discussões e mesmo deliberações de políticas públicas que necessitam da

participação dos cidadãos. Aqui, se observa com mais cuidado a relação entre sociedade civil, poder público e as transformações ocorridas na cultura política brasileira nos últimos anos, dentro do escopo deste Projeto Temático.

No âmbito de desenvolvimento das políticas públicas pode-se notar dois movimentos: o primeiro voltado para a busca de maior eficiência na realização de políticas, com a adoção de técnicas de gerenciamento público, monitoramento e avaliações rígidas voltadas para a otimização dos recursos públicos dentro de políticas de ajuste fiscal que balizam as ações dos Estados contemporâneos; o segundo movimento está relacionado à maior participação popular dentro do ciclo de políticas públicas pois a participação dos cidadãos e da sociedade civil organizada possibilitaria em suas diferentes formas, maior transparência e efetividade das políticas, além da consolidação da democracia (participativa) como regime político, garantido por espaços de debates e deliberações, em outras palavras a contestação política (DAHL, 2005). Com o incremento das TICs, há maior possibilidade de construção de novas arenas políticas que facilitam e estimulam a participação de atores políticos neste ciclo de políticas públicas.

Porém a possibilidade de consolidação no Brasil da participação popular no ciclo das políticas públicas enfrentam dois desafios, a saber: institucional e a apatia política. O primeiro está associado a uma tradição do processo decisório político que exclui mecanismos de participação social e o desenho das políticas adotadas que não preveem canais de atuação da sociedade civil. Prática esta que começou a ser alterada pelas garantias constitucionais (CF 88) mas que ainda levam tempo para serem incorporadas como traços da cultura política brasileira. Nos últimos 10 anos, é possível observar avanços nas áreas de participação popular na política brasileira.

Já a apatia política está associada ao que autores chamam de crise de representatividade (CASTELLS, 1999; MIGUEL, 2003; MANIN, 1997; TAMBOURIUS et. al., 2007; SUBIRATS, 2011). Apesar do início do processo de redemocratização no Brasil contar com uma ampla mobilização popular como na campanha pelas *Diretas-já* e em algumas campanhas eleitorais (1989), com a consolidação da democracia observou-se um afastamento do cidadão comum da vida política, que não se sente ouvido e respeitado por seus representantes políticos e também não se coloca como agente atuante na política. Alguns indicadores dessa apatia podem ser verificados na diminuição da participação

eleitoral e o desinteresse pelos assuntos políticos que tem o cidadão comum no Brasil mas também em outros países (MOISÉS, 2010b). Entretanto, os últimos acontecimentos que ocorreram no Brasil (tais como os protestos e manifestações de junho de 2013) tem causado certa perplexidade e dificuldade de compreensão por parte de sociólogos, cientistas sociais e políticos, revelando a necessidade de pesquisas para melhor entender o que acontece na atualidade.

O Estado brasileiro no que se refere às políticas públicas tem o desafio de promover novas ações com intuito de tornar a administração pública mais eficiente e democrática. Do ponto de vista democrático, como já apontado, houve a necessidade na reforma do Estado para incorporar um novo modelo de gestão pública mais participativa, com a criação de novos canais que possibilitem o envolvimento de pessoas na discussão e participação nas soluções desenvolvidas. Assim, há uma parceria com os agentes públicos criando um novo paradigma de administração pública, que pode ser exemplificado com o aumento do número de Conselhos (em todas as esferas de governos) que auxiliam na atuação desta gestão pública participativa. Isso ainda reforça no papel da descentralização administrativa também proposta pela CF 88.

Outro aspecto a ser desenvolvido durante a execução deste projeto, diz respeito ao campo da organização da sociedade civil, cujo conceito contemporâneo tem na participação cidadã seu principal instrumento de ação e na democracia o seu pressuposto básico. Ou seja, a participação cidadã existe quando o cidadão toma parte de um processo político, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos. Esta participação pode contemplar várias dimensões, dentre as quais se destacam a gestão nos processos de políticas públicas decisórias e o controle social dos cidadãos sobre as políticas públicas (GOHN, 2010). A participação torna o cidadão mais ativo, fomenta a democracia e permite a formação de um maior engajamento político e percepção do bem comum (MEIJER et al, 2009).

Por isso, a participação cidadã pode ser considerada um elemento valioso da cidadania democrática e tomada de decisão, uma vez que pode significar maior eficiência e eficácia para as políticas públicas, principalmente porque os interessados participam da solução dos problemas (PAPADOPOULOS & WARIN, 2007; PINHO, 2012). A participação democrática permite ao cidadão dizer diretamente o que deseja; dá voz a

indivíduos e minorias geralmente alheias aos processos políticos; encoraja habilidades e virtudes cívicas; estimula a deliberação pública que pode levar à decisões racionais baseadas na razão pública (bem comum); além de aumentar o suporte para os resultados dos processos democráticos (MICHELS, 2011).

Alguns autores como (MEIJER et al, 2009) ainda destacam que a Internet oferece novas oportunidades para os cidadãos participarem e intervirem na vida política, ao criar mecanismos para o desenvolvimento de participação online, pela qual o uso das ferramentas das TICs possibilita o envolvimento do cidadão na busca de soluções para alguns dos problemas da sociedade, como é o caso do Orçamento Participativo Digital em Belo Horizonte e Recife. Como consequência, as transformações introduzidas pelas TICs modificam, diversificam e ampliam as formas de participação civil, criando uma agenda voltada aos estímulos da participação cidadã e identificação das novas possibilidades de intervenção popular na formulação e no processo decisório das políticas públicas (FUNG, 2006).

Hoje, há uma revolução das TICs que estão transformando as relações sociais e produzindo novos arranjos políticos da Sociedade em Rede (CASTELLS, 1999; SUBIRATS, 2011). As TICs podem ganhar uma dimensão central dentro dos processos políticos, atuando como ferramenta e espaço para as práticas políticas contemporâneas, abrindo novas possibilidades para a ampliação de mecanismos de democracia participativa.

Superando as expectativas iniciais extremamente otimistas quanto ao potencial transformador das TICs na democratização dos processos políticos (LEMOS & LEVY, 2010), observa-se atualmente que TICs auxiliam na promoção de novos mecanismos de participação política online (e-participação). Margetts (2009) apresenta um estudo no qual indica que as mudanças promovidas pela Internet no campo social, econômico e político promove intensas transformações que exigem respostas por parte das políticas públicas como forma de se adaptar ao novo contexto, no qual já existe um número considerável de cidadãos conectados à Internet que realizam diversas transações por meio do espaço digital.

As TICs podem auxiliar na participação política tanto na verticalidade do processo, ou seja, quando partem do Estado para a sociedade civil e também no sentido inverso da sociedade civil para o Estado, mas também horizontalmente ao permitir a formação de redes tecnossociais que atuam no espaço político (e em diferentes esferas governamentais).

Como se observa em diversos trabalhos apresentados em congressos e publicados em artigos de revistas especializadas ou mesmo em livros. Em outras palavras, a Internet possibilita novos canais de participação cidadã como podem ser citados em breves exemplos a seguir.

Na vertente que parte da sociedade civil em direção ao Estado observam-se algumas evidências de ações civis que repercutiram em leis aprovadas pelo Congresso Nacional, como a lei que ficou conhecida como Lei da Ficha Limpa, iniciativa popular que procurou impedir que candidatos que apresentassem “fichas sujas”, ou seja, condenação pela justiça pudessem se candidatar ou exercer cargos eletivos. Por outro lado, também é possível notar experiências advindas do Estado para a sociedade civil como a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no mandato de Dilma Rousseff e obriga que o Estado preste contas de suas atividades através da publicação de informações para a população colaborando no sentido de transparência governamental. Nessa perspectiva, essa lei também se insere em prerrogativas apontadas pela sociedade civil como, por exemplo, a Transparência Brasil que sempre defendeu a divulgação de dados oficiais como forma de controle social e *accountability*.

Por outro lado, notam-se ações que partem do Estado para a sociedade civil, como a clássica experiência de Orçamentos Participativos (OPs) que agora também se desenvolvem no mundo digital com apoio das TICs, como nas cidades (já citadas) de Belo Horizonte e Recife que instituíram o Orçamento Participativo Digital (OPD). Além disso, o MinC ao final do governo Lula disponibilizou para qualquer cidadão usuário da Internet, a possibilidade de participar da discussão sobre alteração de algumas leis como a Reforma da Lei Rouanet ou ainda do debate acerca da Lei dos Direitos Autorais, só para citar dois exemplos. Dessa forma, o Estado ofereceu chances de participação no ciclo das políticas públicas da cultura (ARAÚJO, PENTEADO, SANTOS, 2010b). Estas ações também podem ser encaixadas no primeiro eixo de análise do Projeto Temático pois versam sobre as Políticas Públicas de Cultura.

Além destes exemplos, há aqueles em que existe uma mescla de ações, ao mesmo tempo partem da sociedade civil e são encampadas pelo poder político. Um exemplo desta ação é o Marco Civil da Internet, projeto que ficou aberto a proposições no Congresso Nacional, a partir da demanda da sociedade civil que criticava um projeto anterior do

senador Eduardo Azeredo, que ficou conhecido nos meios da Internet como AI-5 Digital. Como consequência foi apresentado outro projeto na Câmara dos Deputados que contemplasse maior discussão com a população (SEGURADO, 2011).

Ou mais recentemente, a criação do portal “Participação Social” (disponível em: <http://www.psocial.sg.gov.br/>) que tenta atender parte das demandas reivindicatórias da sociedade brasileira, principalmente agravadas pelas manifestações que tiveram início em junho de 2013.

Também observou-se nas últimas campanhas eleitorais, principalmente no município de São Paulo, diversos postulantes ao cargo de prefeito, incorporarem em seus planos de governo, às campanhas de mobilidade urbana, sobretudo, com o uso de bicicleta. Vale observar e acompanhar como serão os desdobramentos dessa bandeira e se é transformada em política pública. Se o uso das bicicletas for realmente apoiado pelo poder político será a vitória de uma demanda que surgiu a partir da sociedade civil¹.

Castells (1999) aponta que as novas tecnologias estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade, transformando as lógicas de ação social e de operação política e econômica para o formato de rede. A formação das redes de comunicação e informação permite uma maior mobilidade e versatilidade no trânsito da informação. Também permite o compartilhamento e troca de informações entre seus participantes, tornando o processo de comunicação mais fluido e dinâmico, rompendo com o modelo hierárquico tradicional da burocracia empresarial ou estatal. A organização em rede aumenta o poder e a flexibilidade das organizações, que passam a ter maior agilidade e capacidade de produção de informação e conhecimento. Outra questão fundamental é a horizontalidade da rede que se coloca como contraponto à verticalidade da informação (ou ainda da organização social e política) e sua hierarquização.

De acordo com o mesmo autor, a sociedade em rede deve ser compreendida pela interação de duas tendências: “o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (Castells:1999, 69).

¹ Caso esta iniciativa siga adiante, podem ser estabelecidos paralelos com os movimentos sociais de Amsterdam, como o Provos, que desde a década de 60 defendia o uso de bicicletas como meio eficiente de transporte e mobilidade urbana. Atualmente, as bicicletas públicas fazem parte dos sistemas de transportes integrados a outros meios como bondes, metrô e ônibus, não só de Amsterdam mas também de outras grandes cidades europeias. Esta ideia ganha força a cada dia, nas grandes cidades brasileiras.

Como consequência, a revolução das TICs, tem alterado as relações sociais e produzido novos arranjos políticos da Sociedade em Rede. As TICs ganham portanto uma dimensão central dentro dos processos sociais, atuando como ferramenta e espaço para as práticas políticas contemporâneas, abrindo novas possibilidades para a ampliação de mecanismos de democracia participativa (CASTELLS, 1999; HARDT & NEGRI 2005; SUBIRATS, 2011).

Entretanto, alguns autores como Margetts (2009) aponta a necessidade de se promover maiores estudos para analisar a influência da Internet no processo de formulação de políticas públicas e o estudo das inovações que as TICs podem introduzir nessa área, criando novos desenhos de políticas que unam o uso da tecnologia para a busca de maior eficiência e controle das ações empreendidas, e ao mesmo, permitam a participação cidadã por meio dos diferentes dispositivos comunicacionais e interativos. Assim, passada a euforia inicial dos ciber-otimistas, é necessário mensurar o real impacto das TICs na participação política e democrática.

HIPÓTESE DE TRABALHO

As hipóteses de trabalho que norteiam este projeto estão inseridas dentro das hipóteses do Projeto Temático ao qual este pretende se agrupar. Assim, o que se pretende é analisar através de uma perspectiva histórica as alterações na sociedade civil nos 25 anos de redemocratização no Brasil. Sejam por experiências estimuladas pelo Estado ou por experiências advindas da própria sociedade civil. Em seguida, verifica-se como estas experiências têm se colocado na sociedade brasileira alterando a cultura política dos brasileiros.

Assim, a hipótese principal da pesquisa é analisar a maneira como a sociedade civil e o Estado utilizam das TICs para maior fomentar e desenvolver maior participação política em todas as esferas e formas de governo além da própria sociedade.

Atrelada a esta hipótese principal, também pretende-se avaliar as iniciativas que partem da sociedade civil organizada para o Estado e de que maneira são aproveitadas pelo poder público ao transformá-las em políticas públicas. Como terceira hipótese, verifica-se em que níveis de governo efetivamente ocorrem participação política e/ou em que áreas da política institucional essas participações são mais efetivas.

Com estas hipóteses, espera-se que seja possível apontar novos caminhos para a participação mais democrática e cidadã da sociedade brasileira contemporânea, observando seu processo de transformação da própria cultura política brasileira, que se torna mais participativa.

Em outras palavras, a pesquisa tem por finalidade identificar, avaliar e mensurar experiências de organizações da sociedade civil, que utilizam da Internet para ampliar a participação cidadã dentro do processo decisório das políticas públicas, contribuindo para um novo modelo de gestão mais participativo e democrático. Ao mesmo tempo que também observa as práticas estatais de incentivo à participação política.

Para alcançar as hipóteses expostas acima, a pesquisa realiza:

- a) Identificação das organizações da sociedade civil que utilizam da Internet para promoção da participação cidadã em ações políticas;
- b) Identificação das ações do Estado que utilizam da Internet para promoção da participação cidadã em ações políticas;
- c) Estudos sobre a dinâmica de organização interna da rede e seus mecanismos de ação e mobilização;
- d) Identificar as formas de e-Participação que a sociedade civil organizada utiliza;
- e) Mensurar a capacidade de influência das instituições da sociedade civil sobre as etapas do ciclo de políticas públicas.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Como o estudo proposto se insere em áreas fronteiriças do saber científico, a metodologia a ser adotada estabelece uma combinação de métodos de pesquisa assim dispostos:

- 1) Inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as áreas correlatas à pesquisa. Esta etapa é importante para a definição do referencial teórico e dos mecanismos de avaliação e coleta de dados;
- 2) Pesquisa exploratória para identificar as instituições da sociedade civil que utilizam da Internet em suas articulações políticas e mapeamento das relações entre estas instituições (quando houver);

3) Pesquisa exploratória para identificar as ações do Estado que utilizam da Internet em seus ciclos de políticas públicas;

4) Análise da dinâmica de organização interna e dos mecanismos de ação política (tradicional e online): fluxograma, ações desenvolvidas, grupos de trabalhos, debates nos fóruns (online e presencial), parcerias, contato com outras redes e demais formas de organização;

5) Classificação e avaliação dos usos dos recursos (dispositivos de comunicação e participação interativos e cooperativos) da Internet: mobilização, articulação, arrecadação de recursos, disponibilização de informações, controle social, etc;

6) Identificar e classificar as formas (tipos) de e-Participação que as redes utilizam seguindo as categorias utilizadas por Tamborius et al (2007) nos seus estudos sobre formas de e-Participação na Comunidade Européia;

7) Avaliação das Redes seguindo a metodologia proposta por Macintosh (2004), com as dimensões chaves de e-Participação nas políticas públicas;

8) Classificação da atuação das Redes de acordo com o grau de desenvolvimento de democracia digital, conforme Gomes (2005);

Com a realização destas etapas além de outros procedimentos que venham a contribuir com a pesquisa a partir dos estudos bibliográficos e avaliação de outras experiências de e-Participação, estima-se que seja possível avaliar e mensurar a capacidade de atuação da sociedade civil organizada dentro do ciclo de políticas públicas.

A ideia participação cidadã envolve conceitos como: e-Participação ou participação online que ocorre em diferentes níveis, como por exemplo: e-Informação (canal de informação para os cidadãos); e-Consulta (canal de comunicação online para coletar respostas e alternativas do público); e-Envolvimento (assegurar que as preocupações públicas são compreendidas e levadas em consideração); e-Colaboração (canal interativo entre o cidadão e o governo, pelo qual os primeiros podem participar ativamente do desenvolvimento de alternativas e na identificação de soluções preferidas) e; e-Empoderamento (facilita a transferência da influência, controle e formulação de políticas para o público) (TAMBORIUS et al, 2007, p. 9).

Ann Macintosh (2004), ao estudar a participação online no processo de políticas públicas, indica que está crescendo o número de exemplos de organizações governamentais que utilizam as TICs para promover o acesso às informações e colher respostas da população sobre as políticas públicas. Para esta autora, as TICs possibilitam que os cidadãos possam participar e influenciar a tomada de decisão, além de permitir o *feedback* dos cidadãos e a transparência das políticas públicas, auxiliando nos mecanismos de controle social e *accountability*.

Wilson Gomes (2005) assinala que dentro dos estudos sobre a participação política pela Internet existem cinco graus de democracia digital correspondente aos modelos de democracia participativa. O primeiro grau está associado a garantia do acesso do cidadão aos serviços públicos através das TICs e na prestação de informações pelos representantes políticos, Estado e partidos políticos. Nesse nível também existe iniciativas voltadas para agilizar a burocracia estatal, melhoria da gestão e diminuição dos custos da administração pública. O grau seguinte é caracterizado pela existência de um Estado que consulta os cidadãos, pelos diferentes canais das TICs, para averiguar a opinião pública sobre temas da agenda e para a formação da agenda pública. Nesses dois graus iniciais, o autor destaca que o fluxo de comunicação tem ponto de partida a esfera política, que utiliza as TICs para ter um *feedback* da esfera civil, representada pela sigla G2C (government to citizen – governo para cidadão).

A partir do terceiro grau, o fluxo de informação tem origem em iniciativas da sociedade civil. No grau três, o Estado é caracterizado por um elevado grau de transparência de suas ações, mas as decisões políticas ainda estão sobre sua responsabilidade. O quarto grau da democracia digital corresponde a adoção de mecanismos digitais de deliberação pública, tornando as decisões estatais mais “porosas” a participação popular, indo além da prestação de informações dos graus iniciais. No último grau, as novas tecnologias possibilitam o desenvolvimento de práticas de democracia direta, diluindo a esfera política que ficaria encarregada da administração pública, cabendo a esfera civil a decisão sobre os negócios públicos, formação de um Estado governado por plebiscitos online.

No encerramento do projeto, os resultados serão agrupados e analisados dentro de um relatório de pesquisa com todos os dados da pesquisa, que deverão ser sistematizados

para apresentação em eventos acadêmicos além de submetidos à publicação em revistas acadêmicas especializadas.

CRONOGRAMA de TRABALHO

Esta parte será elaborada em conjunto com o cronograma do projeto temático.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, R., PENTEADO, C. e SANTOS, M. (2011). Sociedade Civil Organizada e Novas Tecnologias de Comunicação e Informação: ação cidadã e implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo. Paper apresentado no 35º Encontro anual da ANPOCS. Caxambu. Disponível em:

http://www.anpocs.org/portal/arquivos/35_Encontro/GTs/GT01/ARAUJO_BURGOS_PENTEADO.pdf. Acesso em 18/03/12.

_____. (2010a). Internet e políticas públicas: web 2.0 como estratégia de debate e divulgação. . Paper apresentado no 34º Encontro anual da ANPOCS. Caxambu. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/seminarios_tematicos/ST02/PAraujo.pdf. Acesso em 18/03/2012.

_____. (2010b). O uso das NTICs na formulação e divulgação de Políticas Públicas: o caso do Ministério da Cultura. *Revista Ponto-e-vírgula*, São Paulo, nº 8, p. 88-121.

ARRETCHE, M. (2001) Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. In *Revista Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº 3, pp. 513-560.

_____. (2002). Relações federativas nas políticas sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002. Número especial

_____. (1999), “Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 40 (14): 111-141.

AVRITZER, L. (1997). “Um desenho institucional para o novo associativismo”, *Revista Lua Nova*, nº 39, São Paulo, Cedec.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1999). “Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado”, in L. C. Bresser-Pereira, J. Wilhelm e L. Sola (orgs.), *Sociedade e Estado em transformação*, São Paulo, Editora Unesp/ENAP.

_____. (1998). *A Reforma do Estado para a cidadania*. São Paulo: Editora 34.
Cadernos Adenauer XIII (2012) *Democracia virtual*, nº 3, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, março 2013

- CASTELLS, M. (1999). *Sociedade em Rede*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra.
- COLEMAN, S & BLUMLER, J. G (2009). *The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. Cambridge: CUP.
- DAHL, R. (2005). *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP.
- FARIA, A. & PRADO, O. (2003). Orçamento Participativo Interativo. In: LOTTA, G. S. *et al* (orgs.) *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania FGV-SP.
- FREY, K. (2002) Governança eletrônica. Experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, J. & CEPIK, M. (orgs.). *Internet e política. Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte : UFMG.
- _____ (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 21, 2000.
- FUNG, A. (2006) *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- GOHN, M. G. (2010), Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. In: *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 46, Nr 1, jan/abr.
- GOMES, W. (2005), “A democracia digital e o problema da participação civil na devisão política”. In: *Revista Fronteiras*, Vol. 7, Nr 3, set-dez.
- _____ (2007). Democracia digital: que democracia?. Trabalho apresentado no II Compólitica, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, dezembro de 2007.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Multidão – guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2005.
- JACOBI, P. (2000) *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- JENSEN, Michael; ANDUIZA, Eva; JORBA, Laia [eds] (2012). *Digital Media and Political Engagement Worldwide: a Comparative Study*. Cambridge: CUP.
- LEMONS, A; LÉVY, P (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. Lua Nova, nº 39, São Paulo, Cedec.
- MACINTOSH, A. (2004) *Characterizing e-participation in policy-making*. Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, Computer Society Press.

MAIA, R. (2007). Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: *Logos*, (Mídia e Democracia) Rio de Janeiro, V.14, P. 43-62, 2007.

MANIN, B. (1997). *The Principles of Representative Government*. New York: Cambridge University Press.

MARGETTS, H. (2009). The Internet and Public Policy. *Policy and Internet* 1 (1): 1-21.

MEIJER, A. et. al. (2009). Citizens 4 Citizens: Mapping participatory practices on the Internet. *Electronic Journal of e-Government*, 7(1), 2009.

MICHELS, A. (2011) Innovations in democratic governance: how does citizen participation contribute to a better democracy? *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 77: 275.

MIGUEL, L. F. (2003), “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 51.

MOISÉS, J. A. (2010a). Projeto Temático “Brasil, 25 anos de democracia – Balanço Crítico: Políticas Públicas, Instituições, Sociedade Civil e Cultura Política – 1988/2013. Disponível no endereço: <http://nupps.usp.br/images/projeto.pdf> Acesso em: 20/07/2013.

_____ (2010b). *Democracia e confiança*. São Paulo: EDUSP.

NORRIS, Pippa (2001). *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge: CUP.

PAPADOPOULOS, Y. & WARIN, P. (2007). Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making democratic and effective? *European Journal of Political Research*, 46(4), 445-472.

PÉREZ, I. C. (2009). “Participación Ciudadana” ...para una Administración deliberativa. España: Dirección General de Participación Ciudadana, Gobierno de Aragón.

PINHO, J. A. G. & SACRAMENTO, A. R.S. (2009). *Accountability: já podemos traduzi-la para o português?*. *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343-1368, nov/dez 2009.

PINHO, J. A. G. (org.) (2012). *Estado, sociedade e interações digitais; expectativas democráticas*. Salvador: EDUFBA.

SAMPAIO, R. (2011). “Instituições participativas online: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital”. *Revista Política Hoje*, Vol. 20, nº 1.

_____ (2011). O Gabinete Digital do RS e a resposta do governador. In: <http://www.comunicacaoepolitica.com.br/blog/2011/07/o-gabinete-digital-do-rs-e-a-resposta-do-governador/>. Acesso em: 15/06/2012.

_____ (2010). “Participação política e os potenciais democráticos da internet”. In: *Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, jan/jun: 29-53

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Soc. estado, Brasília, v. 21, nº1, Apr 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26/06/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S010269922006000100007>.

SEGURADO, R (2011). Entre a regulação e a censura do ciberespaço. In: *Revista Ponto-e-Vírgula*, São Paulo, nº 9, p. 52-70, 2º semestre de 2011.

SOUZA, Celina (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006.

_____ (2001) Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. In *Revista Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 44, Nº 3, pp. 513-560.

TAMBOURIUS, E., MACINTOSH, A. COLEMAN, S.; et al. (2007), *Introducing eParticipation: DEMO_net Consortium*. IST Network of Excellence Project. Disponível em: http://www.ifib.de/publikationsdateien/Introducing_eParticipation_DEMO-net_booklet_1.pdf. Acesso em: 10/02/2012.